

MENOS ARMAS, MAIS VIDA: **UM GUIA PARA VOCÊ DEFENDER O QUE ACREDITA**

ANISTIA
INTERNACIONAL



Como defender menos armas em circulação?

Se você é como nós, que acredita que colocar mais armas em circulação é um problema e é também muito arriscado, apresentamos aqui uma série de informações que ajudem a explicar para qualquer pessoa porque não podemos nem devemos permitir mais armas em circulação.

Queremos ajudar a você a construir uma narrativa simples e consistente, baseada em fatos, para defender um Brasil mais seguro para todos e todas nós. Boa leitura!

1 Aumentar a circulação de armas aumenta o risco de violação do direito à vida e à integridade física, com mais pessoas feridas ou mortas. Quanto mais armas, mais mortes!

O contrário já se provou verdadeiro: retirar armas de circulação salva vidas. Entre 2003, quando o Estatuto do Desarmamento foi aprovado, e 2017, o número de armas de fogo em circulação caiu e, com isso, houve uma brusca queda no crescimento dos homicídios por armas de fogo no Brasil. Estes dados estão no Atlas da Violência 2019, estudo feito pelo IPEA e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Para cada aumento de 1% na circulação de armas no Brasil, a taxa de homicídios aumenta em torno de 2% nas cidades, segundo Daniel Cerqueira, pesquisador do IPEA especializado no tema de segurança pública.

Diz o Atlas de Segurança Pública 2019: “*Enquanto nos 14 anos após o Estatuto do Desarmamento, entre 2003 e 2017, o crescimento médio anual da taxa de homicídios por arma de fogo no país foi de 0,85%, nos 14 anos antes do estatuto, a taxa média anual havia sido de 5,44%, ou mais de seis vezes maior*”.

2 O Brasil já está entre os países em que mais se mata com armas de fogo no mundo

Em 2017 o Brasil bateu o recorde histórico de homicídios: 65.602 pessoas foram mortas no país, a maioria delas (71%) por armas de fogo.

3 Mais armas de fogo não garantem mais segurança

Estudos nacionais e internacionais mostram que, em países em que a população tem menos acesso a recursos e direitos negados, mais armas em circulação também aumentam o número de homicídios e mortes acidentais.

Existe também o risco do roubo de armas por assaltantes, dado seu alto valor de mercado. Assim, um revólver comprado para a autodefesa pode cair em mercados ilegais, estimulando a violência geral.

4 Quanto mais armas em casa, mais risco para as crianças

Nos Estados Unidos, onde possuir e portar armas de fogo é considerado um direito, os estados onde há menos restrições à posse e ao porte têm proporcionalmente o dobro de mortes de crianças decorrentes de disparos. As crianças negras e de baixa renda são as mais atingidas.

5 Mais armas podem ampliar os conflitos e as mortes no campo

Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, em 2017 o interior do país registrou o maior número de homicídios desde 2003: foram 71 vítimas, concentradas principalmente na região Norte. A maioria delas era lideranças comunitárias. A maioria dos homicídios teria sido causada por armas de fogo.

Mais armas em circulação pode trazer mais risco de ameaças e de mortes contra quem defende melhores condições de vida e trabalho no campo e nos territórios indígenas e quilombolas.

6 O aumento da circulação de armas no país também pode levar ao crescimento de casos de feminicídios

A maior parte dos ataques às mulheres acontece dentro de casa, onde as pessoas guardam suas armas quando têm autorização de posse. Em 2018, o Brasil registrou 946 feminicídios - a maioria causada por armas de fogo.

7 A garantia de acesso à educação e ao emprego pode colaborar com a redução dos homicídios

Quanto maior o desemprego, mais altas as taxas de homicídios, diz estudo do IPEA. Segundo os pesquisadores responsáveis, “o aumento de 1% na taxa de desemprego entre homens de 15 a 65 anos eleva a taxa de homicídios da população em 1,8%”. O mesmo documento informa que manter os jovens matriculados na escola também tem efeito benéfico: “a cada 1% a mais no atendimento escolar de jovens entre 15 e 17 anos, os homicídios caem 1,9%”.

Portanto, investir em melhorias na educação e no emprego, ampliando as oportunidades para jovens pode ser mais eficaz e sustentável para a segurança pública e para a redução de homicídios do que ampliar o acesso da população a armas de fogo.

8 É possível reduzir a violência sem colocar mais armas em circulação

A seguir, estão sugestões ao governo para a redução da violência, sem que seja necessário aumentar o acesso a armas de fogo:

- Elaboração de uma política de segurança pública focada na proteção e preservação das vidas de todos os cidadãos e cidadãs.
- Esta política deve: incluir medidas específicas para atender aos grupos historicamente mais afetados pela violência e as desigualdades, especialmente jovens negros; ter orçamento suficiente; prever a diminuição de crimes cometidos com armas de fogo e execuções extrajudiciais pelas forças de segurança; e ser articulada com governos estaduais e municipais.
- Criação de grupos de trabalho governamentais e apoio, inclusive financeiro, a pesquisas científicas públicas que monitorem e avaliem periodicamente a situação das armas de fogo no Brasil, e sua relação com a variação de violência e criminalidade. A produção de

conhecimento pode orientar políticas públicas e reformas legislativas que detenham as violações e ameaças contra a vida e a integridade física dos brasileiros.

- Investimento no aperfeiçoamento de programas de formação e no controle do uso de armamentos por parte dos profissionais de segurança pública.
- Investimento no aperfeiçoamento dos mecanismos de controle das reservas de material bélico.
- Investimento nas ações de apreensão de armamentos e munições desviadas das forças de segurança pública.
- Apoio a programas e campanhas de redução da circulação de armas de fogo, com o incentivo à entrega voluntária, retirando, assim, ainda mais armas de circulação.
- Garantia e fortalecimento da participação da sociedade civil na elaboração e no monitoramento das políticas de segurança pública implementadas pelos governos.
- Priorização da agenda de prevenção da violência pelos municípios, por meio da ampliação e qualificação das instâncias de participação social, da construção de diagnósticos sobre a violência e da elaboração de planos que prevejam garantia de direitos e promoção de oportunidades em territórios prioritários.

9 Proteger nossas vidas é uma obrigação do governo

O Brasil tem compromisso e obrigações para garantir, proteger e promover as vidas e a segurança de seus cidadãos e cidadãs. Muitos destes estão descritos em documentos internacionais. Confira quais são eles:

A. Com direitos humanos de todas e todos:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1948.
- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, confirmado pelo Brasil em 1992.
- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem, aprovada pela Organização dos Estados Americanos em 1948.
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos, também conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, confirmada pelo Brasil em 1992.

B. Compromissos internacionais assumidos pelo Brasil com os direitos de crianças e adolescentes:

- Convenção sobre os Direitos da Criança, aprovada pela ONU em novembro de 1989 e confirmada pelo Brasil em 24/09/1990.
- Declaração dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1959 e confirmada pelo Brasil através da Constituição Federal de 1988.
- Declaração do Panamá, adotada em novembro de 2000.

Quer saber mais?

As informações que colocamos neste Guia estão baseadas em estudos e pesquisas de diferentes especialistas e instituições reconhecidas pela qualidade de seu trabalho. Separamos estas fontes de pesquisa aqui, caso você queira aprofundar suas próprias análises e argumentos.

Atlas da Violência 2019:

http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34784&Itemid=432

Atlas da Violência 2017:

http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_atlas_da_violencia_2017_relatorio_de_pesquisa.pdf

Estudo do Ministério da Saúde sobre redução de homicídios no Brasil:

<http://pdba.georgetown.edu/Security/citizenssecurity/brazil/documents/rh.pdf>

Circulação de armas nos Estados Unidos e impactos sobre crianças e adolescentes:

https://www.eurekalert.org/pub_releases/2018-11/aaop-ham102218.php

Assassinatos no campo batem novo recorde e atingem maior número desde 2003:

<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes-2/destaque/4319-assassinatos-nocampo-batem-novo-recorde-e-atingem-maior-numero-desde-2003>

Condições de trabalho, educação e homicídios no Brasil:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2514.pdf

Armas e feminicídio:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/15/politica/1547564863_926469.htm

Declaração Universal dos Direitos Humanos:

<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>

Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm

Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/b.Declaracao_Americana.htm

Convenção Americana sobre Direitos Humanos:

https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm

Convenção sobre os Direitos da Criança:

<https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>

Declaração dos Direitos da Criança:

http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_universal_direitos_crianca.pdf

Declaração do Panamá:

<http://www.crianca.mppr.mp.br/pagina-1253.html>

